

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Para umha história da ortografia galega

A ponência de 1979

Por. R. CARVALHO CALERO

Durante a celebração da Primeira Reunión Galega de Estudos Clássicos, que tivo lugar em Santiago e em Pontevedra, do 2 ao 4 de Julho de 1979, o Conselheiro de Educación e Cultura da Junta de Galiza, dom Alejandro Fernández Barreiro, estabeleceu contacto comigo a fim de conversar a propósito dos problemas da língua galega que afectavam ao seu Departamento.

O Conselheiro solicitou a minha colaboração para o tratamento de aqueles problemas. Mas estes estavam já postos, e de algum modo conduzidos, por entom, pois o senhor Fernández Barreiro fixara algum nomeamento e recabara alguma informação sobre o particular, e o seu antecessor no cargo, dom Marino Dónega Rozas, é de supor que nom se despreocupasse totalmente dessas questões. Mas até a data antes indicada, ninguém solicitara de mim tipo algum de assessoramento ou concurso.

Expressei ao senhor Fernández a minha opinião sobre a condução do assunto no passado, tanto polo seu antecessor como por el mesmo; e como tal opinião nom coincidissem com as reflexadas na política seguida, especialmente pola concepção do idioma como realidade à vez geográfica e histórica, o Conselheiro propuxo-me a designação, para integrar-se no aparato da Conselharía, de umha pessoa que representasse a postura crítica que eu manifestava, para que esta postura gravitasse devidamente no campo das resoluções que se adoptassem no futuro. Dei-lhe entom o nome de um lingüista que poderia encher essa função —que nunca chegou a desempenhar— e mostrei-me disposto a nom negar ao Conselheiro o assessoramento pessoal e privado que me fosse, em cada caso, requerido, sem que isto supuxesse adscrição pola minha parte à titularidade de posto algum na burocracia autonómica.

Sem embargo, sucessivas entrevistas reveláram que o senhor Conselheiro desejava constituir umha Comissão de Lingüística, integrada por técnicos, que elaborasse umhas normas ortográficas às que se ativesse a Junta, e que a minha disponibilidade nom oficial como eventual assessor nom se avinha com os seus planos, nos que me assinava a função de presidente da projectada Comissão.

Discutimos essa possibilidade e chegamos a um acordo, segundo o cal se formaria umha Comissão integrada por professores com título de doutor ou licenciado, expertos em lingüística, que fôrom quatro professores numerários de universidade e quatro professores do ensino médio. A Comissão ficou organizada como segue:

Dom Ricardo Carvalho Calero, Catedrático de Lingüística e Literatura Galega da Universidade de Santiago.

Dom José Luís Pensado Tomé, Catedrático de Filología Románica da Universidade de Salamanca.

Dom António Santamarina Fernández, Agregado de Filologia Románica da Universidade de Santiago.

Dom José Luís Rodríguez Fernández, Adjunto de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade de Santiago.

Dom Ramón Martínez López, Catedrático de Língua Espanhola e Literatura de Institutos de Bacharelato, jubilado. Antigo professor da Universidade de Austin, Texas (U.S.A.).

Dom José Filgueira Valverde, Catedrático de Língua Espanhola e Literatura de Institutos de Bacharelato, jubilado.

Dom Isidoro Milhám González-Pardo, Catedrático de Grego do Instituto Rosalia de Castro, de Santiago.

Dom Manuel Vidám Torreira, Agregado de Latim do Instituto de Bacharelato de Monelos (A Corunha).

Os nomeamentos fôrom resultado de um acordo entre o Conselheiro e o Presidente da Comissom. Da exclusiva responsabilidade de aquel fôrom as designaçons de Dom Ricardo Carvalho Calero, Dom José Filgueira Valverde, Dom António Santamarina Fernández e Dom Manuel Vidám Torreira. Eu propuxem, e o Conselheiro aceitou sem discuti-los, os nomes dos restantes membros da Comissom. Mesmo eu fixem as gestons que conduzirom à aceitaçom desses nomeamentos polos senhores designados à proposta minha. Como é evidente, inspirei-me no feito de que todos eles eram conhecidos como investigadores no campo da filologia galega. Lembremos, por exemplo, as ediçons de Sarmiento por Pensado, da traduçom da Grande e General Estória por Martínez, de Joám Airas por Rodríguez, ou os Comentários à Antífona da Cantiga de Cabanilhas por Milhám. Em questons de normativizaçom da língua, alguns trabalharam algo, outros nada. Mas todos se consideravam aptos para o labor de assessoramento técnico que caracterizava à Comissom.

Como era natural, a proposta de normativa ortográfica devia elaborar-se mediante a formulaçom de umha ponência que logo passasse ao pleno da Comissom. Por aconselharem-no assi razons de facilidade e eficácia, propuxem que aquela ponência estivesse constituída polos três professores da Universidade de Santiago que formavam parte da Comissom: o Catedrático Carvalho, o Agregado Santamarina e o Adjunto Rodríguez. Os três pertenciam à Faculdade de Filologia, e, portanto, tinham os seus despachos na mesma planta do mesmo edificio, a planta quinta do edificio número 1 da Praça de Maçarelos, antigo Colégio de Exercitantes fundada polo Arcebispo Yermo, cujas armas ostenta a fachada.

Aceitada por unanimidade e sem discussom esta proposta, começamos imediatamente as sessons de trabalho no despacho do Presidente, Chefe do Departamento de Filologia Galega. Trabalhamos arreu, e chegamos a acordos unânimes, que, por suposto, eram resultado muitas vezes de transaçons, pois na ponência se achavam representados distintos pontos de vista sobre a orientaçom da ortografia do idioma. Mas devo dizer que jamais se negárom por ninguém os princípios que alguém professasse. Havia matizes na valorizaçom que procedia dar aos feitos históricos ou à sincronia actual, à atençom às normas vigentes noutras áreas galego-portuguesas e à receptividade social. Mas todo o mundo —os três que éramos— considerava todos esses factores dignos de ser tidos em conta. Jamais houve votaçom, de jeito que os acordos se tomárom por unanimidade, como dizem. Nalguns casos, certamente, depois de prolongados debates. Mas sempre se achou umha fórmula que assumirom todos os presentes. Nengum dos membros da Ponência esteve ausente em sessom alguma das celebradas. Houvo, pois, freqüentes transaçons, mas nada se acordou por maioria —que teria de ser de dous votos contra um— senom por geral consenso. Quando nalgum ponto nom se logrou a unanimidade, o que nunca ocorreu em questons fundamentais, esse ponto nom se incluiu no texto, com o que se entende ser opcional a soluçom. Nom lembro mais que um caso desta classe. Quando umha forma verbal acabada em consoante nasal vai seguida do pronome de terceira pessoa, que representa o objecto directo da açom transitiva, ou um predicado atribui-

tivo, esse pronome o, a, os, as, antigamente lo, la, los, las, conserva, assimilada por aquela consoante nasal final do verbo, a própria consoante inicial (l>n). Entom caberia escrever, dentro do sistema da ponência, mataron-no (forma mais etimológica), ou mataron-o, e mesmo mataro-no (forma mais fonética). O mesmo son-no, (so-no): ¿Es ti o novo profesor? Son-no. Claro que o son. Nom ficando convencida a ponência, como unidade, da superioridade dumha grafia sobre a outra, nom se incluiu esse ponto na preceptiva, transferindo-o assi à livre decisom individual.

Assi foi todo. Qualquer espécie que poda circular a este respeito e que se afaste desta informaçom é errônea, e nom pode proceder de nengum dos ponentes, cujas firmas sem reservas —como nom fossem reservas mentais, que seria temerário conjecturar— figuram na acta correspondente.

Esta ponência sofreu modificaçons no texto aprovado polo pleno da Comissom, modificaçons que ao incrementar os casos opcionais, restárom firmeza à regulaçom, ainda que sempre cabia umha aplicaçom coerente da mesma. Mas o texto da Comissom foi publicado e é bem conhecido. Em troca permanecia inédito o da Ponência.

Este texto é já história. Creio que o momento é oportuno para dá-lo a conhecer, juntamente com outros documentos relacionados com el, sem outro ánimo que o de contribuir a fornecer informaçom sobre a história da nossa ortografia.

1. ACTA DE CONSTITUCIÓN DA COMISIÓN DE LINGÜÍSTICA

No día 20 de outubro ás 10 da mañá constituiu-se, sob a presidencia do titular da Consellaría de Educación e Cultura da Xunta de Galiza, D. Alexandrino Fernández Barreiro, a Comisión de Lingüística adscrita á mesma e integrada polas seguintes persoas:

Presidente: D. Ricardo Carballo Calero
Vicepresidente: D. Ramón Martínez López
Vogais: D. Xosé Fernando Filgueira Valverde
D. Isidoro Millán González-Pardo
D. Antónío Santamarina Fernández
D. Xosé Luís Pensado Tomé
D. Manuel Vidán Torreira

Secretario: D. Xosé Luís Rodríguez Fernández

A sesión, a que asistiron todos os membros, foi aberta polo Sr. Fernández Barreiro, que focou os obxectivos que debería desenrolar a Comisión, basicamente os que constan no decreto da súa constitución. Respondeu-lle a seguir o Presidente da mesma, Sr. Carballo Calero, que se referiu ao propósito firme dos ali reunidos de traballaren asiduamente na realización do seu cometido; aludiu tamén á posibilidade de un desexábel acordo xeral, dado que entre os entendidos as diferenzas non eran tan grandes como a opinión pública erroneamente podería crer, e por outra parte habia importantes aportacións de institucións, e de particulares, das que evidentemente se partiría para ben encamiñar a problemática da normativización da lingua, normativización que debe ter en conta dous factores básicos: a necesidade de reintegrar o galego no ámbito occidental a que pertence e a conveniència de ter en conta en todo momento a receptibilidade social para as normas propostas.

Posteriormente, retirou-se o Sr. Conselleiro de Educación e Cultura e comezou a primeira sesión de traballo que atendeu sobretudo ao aspecto organizativo, para conferir á Comisión unha maior efectividade e celeridade no desempeño da súa función. Acordou-se, en consecuencia, a constitución de grupos ou subcomisións de traballo, concretamente as seguintes:

a) Unha subcomisión permanente, constituída polo Presidente, o Vicepresidente e o Secretario, que respondese basicamente ás necesidades apontadas no artigo 2.º da creación da Comisión de Lingüística.

b) Unha subcomisión de regulamento ortográfico (conforme o artigo 3.º do antedito decreto de creación da Comisión), constituída polos Sres. Carballo, Santamarina e Rodríguez, en atención á súa ubicación na Facultade de Filoloxía, o que ofrece unhas condicións adecuadas de traballo para a preparación das ponencias que posteriormente serán presentadas ao pleno da Comisión.

c) Unha subcomisión de regulamento de rexime interno, constituída polos Sres. Martínez López, Millán e Rodríguez, segundo o artigo 5.º do Decreto, coa finalidade conseguinte de estruturar o funcionamento e procedimentos de traballo, entre outras que constan no citado artigo, na Comisión.

Estes grupos de traballo, organizados como se indicou en procura dunha maior operatividade da Comisión, serán en todo momento abertos a todos os membros da mesma que espontaneamente se queiran somar para a realización das súas funcións específicas.

A subcomisión de regulamento ortográfico, pola súa parte, comezará as súas sesións de traballo no día 22 ás sete da tarde, no Departamento de Galego da Facultade de Filoloxía.

Do que como Secretário dou fe, e asino esta acta na data arriba indicada, co visto e praz do Señor Presidente.

R. Carballo

J. Luís Rodríguez

2. CIRCULAR DE ENVÍO DA PONENCIA

Santiago, 29 Xaneiro 1980.

Sr. D.

Querido amigo:

A ponencia à que se encomendou a redacción das bases ortográficas da lingua galega segundo acordo adoptado polo pleno, depois de moitas sesións de traballo, chegou às conclusións que agora se lle adxuntan para que as considere, a fin de poder tomarmos unha decisión sobre elas na próxima reunión da Comisión de Lingüística, para a que será oportunamente convocado.

As bases son o resultado da concorrência de moitos puntos de vista e de distintos factores que poden influir na opción por uns ou outros. Non estimamos conveniente unha rixidez dogmática que ignore os diversos condicionamentos que as circunstancias impoñen. Por iso nalguns extremos preferimos propugnar unha certa liberdade para o usuario da lingua.

Temos razoado estas decisión de xeito sumário nos casos que nos pareceron máis importantes. Confiamos en que este material sexa de utilidade para a formulación das conclusións definitivas.

Cordialmente, R. Carballo Calero. Presidente da Comisión de Lingüística.

3. PONENCIA

COMISION DE LINGÜÍSTICA

NORMAS ORTOGRÁFICAS DO IDIOMA GALEGO

Santiago, decembro de 1979

ÍNDICE XERAL

	Páxs.
1. O alfabeto	3
2. Acentos e regras de acentuacion	4

3. O trema ou diérese	8
4. Os puntos de interrogacion e exclamacion	8
5. O trazo ou guion	8
6. Sobre contraccións e similares	9
7. Algunhas terminacions	11
8. Sobre a formacion do feminino	11
9. Sobre a formacion do plural	12
Observacions às normas	
• O alfabeto (1)	14
• Acentos e regras de acentuacion (2)	14
• Os puntos de interrogacion e exclamacion (4)	16
• O trazo ou guion (5)	16
• Sobre contraccións e similares (6)	17

1. O alfabeto.

1.1. Eis a lista e o nome das letras que constitúen o alfabeto galego:

a (a), **b** (be), **c** (ce), **d** (de), **e** (e), **f** (efe), **g** (gue ou xe), **h** (agá), **i** (i), **l** (ele), **m** (eme), **n** (ene), **ñ** (eñe), **o** (o), **p** (pe), **q** (que), **r** (erre), **s** (ese), **t** (te), **u** (u), **v** (uvé), **x** (xis), **z** (ceta).

1.2. Observacions:

1.2.1. Completan o cuadro destes signos básicos da escrita usual as combinacións seguintes: *ll, rr, ch, nh, gu, qu*. Convén notar que o dígrafo *nh* ten na ortografía corrente o valor de *n* velar (*unha, algunha, nengunha...*); a combinación *qu* sinala o son de *k* diante de *e, i*, e na escrita etimolóxica emprega-se tamén, salvo rara excepción, para representar a secuencia *ku* mais vogal.

1.2.2. O signo *j* (xota) usa-se na escrita etimolóxica.

1.2.3. As letras *k* (ca), *w* (uvé dobre ou duplo), *y* (i grego) empregan-se, afora certas abreviaturas, en palabras foráneas non asimiladas.

1.2.4. O *h* (agá) é letra muda salvo nos casos en que, en combinación con outra letra, forma un dígrafo de valor preciso. Como muda só se utiliza en posición inicial de palabra, conforme é habitual, e nas palabras derivadas por prefixación cando exista nas primitivas (*prehistória, coherdeiro, rehabilitar...*), con excepción dos prefixos acabados en nasal, basicamente *in-* (*inóspito, inábil, inibición...*). Tamén se utiliza en posición final nalgunos monosílabos interxectivos así fixados pola tradición: *ah, eh, oh*, etc.

2. Acentos e regras de acentuacion.

Para o primeiro punto ofrecen-se dúas posibilidades (a, b) sobre as que deberá pronunciarse esta Comisión:

2.1. a) O galego utiliza na escrita usual un único tipo de acento (o acento agudo:´) que sinala sempre tonicidade, salvo nos casos de contraccións como *á, ás, ó, os, prá*, etc. A presenza ou ausencia desta marca pon de manifesto a sílaba tónica da palabra de acordo coas regras seguintes.

2.1. b) O galego utiliza na escrita usual dous tipos de acentos: grave (`) e agudo (´). O acento grave sinala sempre atonicidade e, sobre *e* e *o*, abertura; utilízase en contraccións como *à, ás, ò, òs, prà...* e, por razóns de claridade, pode-se empregar con valor diacrítico segundo o parágrafo 2.2.4.3. O acento agudo indica sempre tonicidade, e a súa presenza ou ausencia pon de manifesto a sílaba tónica da palabra de acordo coas regras seguintes:

2.2. Regras de acentuacion.

2.2.1. Palabras agudas. Levan acento gráfico as palabras de máis dunha sílaba que acaban en *-a, -e, -o*, seguidos ou non de *-n, -s*, ou *-ns*, exceptuando-se (Novamente se ofrecen dúas redaccións sobre as que a Comisión deberá de decidir)

- a) —o caso dos finais en *-on*, *-ons* que, como agudos, non se acentúan. En consecuencia:
- b) —o caso dos finais en *-on*, *-ons*, e *-ans* que, como agudos, non se acentúan. En consecuencia:

—Acentuarán-se: *irmá, irmás, irmán, (irmáns); café, cafés, refén, reféns; abó, abós; etc.*

Non se acentuarán: *animal, cantar, capaz, segrel, comer, avidez, caracol, amor, veloz, etc.* Tampouco se acentuarán: *ali, varonil, dormin, confins, colibris, contrai, aneis, bocoi, heroi, Permui; seminu, taful, algun, alguns, calambur, semicrus, callau, cantou, comeu, chapeu, dormiu; etc.*

Para os vocábulos acabados en *-i*, *-u* teña-se, non obstante, en conta o parágrafo 2.2.2.1.

2.2.2. Palabras graves. Levan acento gráfico as palabras graves non acabadas en *-a*, *-e*, *-o*, seguidas ou non de *-n*, *-s* ou *-ns*, con excepción das terminadas en *-on* que, como graves, se acentúan, e dos casos indicados en 2.2.2.1. En consecuencia:

—Acentuarán-se: *ámbar, caníbal, tórax, carácter, amábel, Fernández, fórceps; Vítor, fútbol; móvil, móveis, ténis, Félix; álbum, álbuns, Vénus, Pólux; etc.* Tamén se acentuarán: *amáron, coméron, víron...*

—Non se acentuarán: *casa, casas, cases, casen, caso, casos...* Tampouco se acentuarán: *tia, querias, sabían; lie, cries, mien; tio, río, vacíos; atribua, conceituas, preceítuan; sue, sues, suen; etc.*

2.2.2.1. Contra a regra enunciada, levarán acento calquer *i* ou *u* tónicos que por si sós ou seguidos de *s*, e precedidos de vogal, formen sílaba. Desta arte:

—Acentuarán-se: *aí, cafeína, país, egoísta, raíces; Esaú, peúga, amiúdan, viúva, balaústre; saía, caía, moía, doía, destruía, posuía; etc.*

Non se acentuarán: *Coimbra, aínda, cain, cair, raiz, xuíz, etc.*

Nota. Para o caso de apelidos como: *Maiz, Fraiz, Fouz, etc.*, recomenda-se, consecuentemente, a acentuación: *Máiz, Fráiz, etc.*

En casos como *Güiande, Güiana* postula-se, por motivos de claridade gráfica, o emprego do trema ou diérese sobre o *u* cando este non sexa mudo, conforme se di no parágrafo 3.1.

2.2.3. Palabras esdrúxulas. Acentúan-se todas. A efectos ortográficos, as palabras acabadas en dúas vogais, que na pronúncia oscilan entre hiato e ditongo crecente, consideran-se esdrúxulas e, en consecuencia, levan acento gráfico. Así pois:

—Acentuarán-se: *cántico, bébedo, sétimo, cóncavo, pórtico, insípido, lúcido.* E tamén: *cámbo, léria, António, lingua, mágoa, idóneo, óseo...*

Non se acentuarán: *raía, saía, maio, choio*, segundo se deduz do apartado 2.2.2.1.

2.2.4. Acentos diacríticos. O acento agudo (ou o grave en caso de atonicidade) cumpre tamén unha función diacrítica cando se utiliza para diferenciar dous vocábulos que, na súa ausencia, serían graficamente idénticos. Así:

2.2.4.1. En exemplos como os seguintes, tan frecuentes no discurso:

à, às/á, ás (prep. + art.)	a, as (art.; prep.)
ò, òs/ó, ós (prep. + art. = ao, aos)	o, os (art.)
prà/prá (pra + art. = para a)	pra (redución de para)
prò/pró (pra + art. = para o)	pro (redución de pero)
cà, cò, càs, còs/cá, có, cás, cos (ca + art. = que a...)	ca (conx. = que; con + art.), co, cas, cos, cas (con + art. = co, coas...)
dá, dás (vbo.)	da, das (prep. + art.)
dé (vbo.)	de (prep.)
pór (vbo.)	por (prep.)

<i>vés, vén de vir</i>	<i>ves, ven (de ver)</i>
<i>dó</i> (subs.)	<i>do</i> (prep. + art.)
<i>nó</i> (subs.)	<i>no</i> (prep. + art.)
<i>só</i> (único, unicamente)	<i>so</i> (variante de <i>sob</i>)
<i>póla</i> (de árbore)	<i>pola</i> (prep. + art.; galiña nova)

Noutros casos en que se poda producir anfiboloxia, deixa-se liberdade ao usuario para utilizar acentos diacríticos que confiran claridade à mensaxe escrita, procurando, non obstante, acentuar o elemento tónico do par, e, se os dous son tónicos (ou átonos, contando co acento grave), o aberto. Así:

2.2.4.2. En palabras como *que, como...* plurifuncionais. En caso de anfiboloxia ocasional, resolverá-se mediante o uso diacrítico do acento: *xa sabes qué hai* frente a *xa sabes que hai*.

2.2.4.3. En vocábulos pertencentes à mesma clase, aínda que semanticamente ben distanciados: *o óso do oso* (óso do esqueleto; oso, animal). O mesmo co acento grave: *Un còrdeiro non é un cordeiro* (còrdeiro, que fai cordas; cordeiro, cria de ovella, año). E en casos límites poderá-se aínda acudir ao acento circunflexo: *A pôla está xunto à póla; vai pola pôla* (pôla, galiña nova; póla, ramo de árbore; pola, prep. + art.).

2.2.4.4. En vocábulos pertencentes a clases diversas que, no entanto, poden resultar equívocos no discurso: *máis non lle falo sobre iso* frente a *mais non lle falo sobre iso* (máis, adv.; mais, conx.); *dixo-lle que fóra* diferente de *dixo-lle que fora* (fóra, adv.; fora, vbo.).

2.2.4.5. Nas formas *cantamos, comemos, partimos*, idénticas, nos verbos regulares, para o perfecto e o presente. Pode ser útil sinalar inequivocamente o tempo verbal, o que se consegue por meio do acento diacrítico nas formas do pasado: *cantar cantámos mais non sabes o que* frente a *cantar cantamos...*

Nota. Non se acentuan nunca os demostrativos *este, esta; ese, esa; aquel(e), aquela*, cos respectivos plurais, sexan adxectivos ou substantivos. Tampouco se acentua *un*, artigo ou numeral, nen os advérbios en *-mente*, por seren palabras graves e, conforme a regra, non acentuadas graficamente.

3. O trema ou diérese.

Utilízase en galego só sobre as vogais *u, i*, nos seguintes contextos:

3.1. Na combinación *gu* mais vogal. O trema sobre o *u* sinala unicamente que este é pronunciado, mais non informa se a secuencia resultante se realiza como ditongo crecente (*lingüística*), decrecente (*agüiro*) ou como hiato (*Bagüin, Güiande*).

3.2. No caso de *qu* mais vogal *e* ou *i*, na escrita etimolóxica. O trema indica que o *u* se articula; *consequente*.

3.3. Sobre un *i* átono que forme sílaba por si só. Este uso reduce-se às persoas 5 e 6 dos imperfectos de verbos como *cair, sair* e similares, nos que as formas graves (*caíamos, saíamos*) alternan coas esdrúxulas (*caíamos, saíamos*). O emprego do trema permite a distinción das formas graves do imperfecto con relación às respectivas do presente do subxuntivo (*caíamos, saíamos*).

4. Os puntos de interrogacion e exclamacion.

Dispensa-se o uso do punto inicial de interrogacion (*¿*) en oracions interrogativas comezadas por pronome ou advérbio interrogativos ou en oracions breves en que a súa ausencia non afecte à claridade da mensaxe, sendo, en consecuencia, só obrigatorio en posición final de frase (*?*). O mesmo se recomenda para o punto de exclamación. Así: *Que queres de min? Aonde vas con iso? Estarás às seis no café?* E tamén: *Que me contas! Canto me doi! Esta é unha magnífica noticia!*

5. O trazo ou guion.

O trazo de unión, tamén chamado hífen, utilízase en galego nos seguintes casos:

5.1. Nas palabras compostas, en caso de non estaren aínda os seus elementos, no plano fónico e semántico, perfectamente fusionados: *tráxico-cómico, sócio-económico, guarda-civil*.

5.2. Para marcar a ligazón entre verbo e pronome enclítico, mantendo cada vocábulo a súa acentuación propia a efectos gráficos: *collo-o, colle-lo, collé-lo...*

5.3. No caso dos pronomes *nos, vos, lles* mais o pronome *-lo* (variante de *o*) que se conservou nesta combinación: *no-lo, vo-lo, lle-lo, no-la, vo-los, etc.*

5.4. Entre a partícula presentativa *eis* e un pronome: *eis-me, eis-te, ei-lo...*

5.5. De modo facultativo, e coas limitacións sinaladas en 6.2.4., nos contextos seguintes de:

5.5.1. Infinitivo ou forma persoal do verbo acabada en *-r* ou *-s* mais a forma *-lo* do artigo (variante de *o*), resultante dun proceso asimilatorio: *Debes comprá-las rifas se quere-lo prémio* (Ou *Debes comprar as rifas se queres o prémio*).

5.5.2. Pronome átono *nos, vos, lles* mais a variante *-lo* do artigo: *Vin-vo-lo can* (Ou: *Vin-vos o can*).

5.6. Para, en fin de liña, indicar que unha palabra se completa na liña seguinte. É de subliñar que, no caso de palabras ligadas por trazo, cando no fin de liña a partición coincide co trazo, este haberá de repertir-se no principio de liña seguinte: *Este mel tan soboroso deu-/l-mo a vosa mai*.

6. Sobre contraccións e similares.

Sendo a regra xeral a de escribir as palabras na súa integridade, no entanto, conforme a dinámica histórica da lingua e as demais normas do sistema, parece oportuno indicar algunhas contraccións, establecendo dentro delas dous grupos: obrigatorias e facultativas.

6.1. Contraccións obrigatorias:

6.1.1. A prep. *a* co art. definido: *à, às, ao (ò), aos (òs)*.

6.1.2. A prep. *con* co art. definido: *co, coa, cos, coas*.

6.1.3. A prep. *por* co art. definido: *polo, pola, polos, polas*.

6.1.4. A prep. *de* co art. definido: *do, da, dos, das*; cos pronomes persoais tónicos de terceira persoa: *del(e), dela, deles, delas*; cos pronomes demostrativos: *deste, desta, disto; dese, desa, diso; daquel(e), daquela, daquilo*, cos seus respectivos plurais.

6.1.5. A prep. *en* co art. definido e indefinido: *no, na, nos, nas; nun, nunha, nuns, nunhas*; cos pronomes persoais átonos de terceira persoa: *nel(e), nela, neles, nelas*; con outras formas pronominais comezadas por vogal: *neste, nesa, naquilo, nalgum, nalgo, noutro...; noutroa, etc.*

6.1.6. A redución *pra* da prep. *para*, en caso de uso, co art. definido: *prò, prà, pròs, pràs*. O mesmo se postula coa conx. *ca* e o art. definido: *cò, cà, còs, càs*.

6.1.7. Os pronomes persoais átonos co pron. *o* e as súas transformacións: *mo, ma, mos, mas; cho, cha, chos, chas; llo, lla, llos, llas*. Para as contraccións co pronome *-lo*, alomorfo de *o*, cfr. apartado 5.3.

6.2. Contraccións facultativas. Eis as principais:

6.2.1. A prep. *de* co art. indefinido: *dun/de un, etc.*, pron. indefinido: *doutro/de outro, dalgun/de algun...*, ou algúns advérbios: *daqui/de aquí, donde/de onde, etc.*

6.2.2. A prep. *con* e o art. indefinido: *cun/con un, etc.*

6.2.3. Os demostrativos co pron. *outro*: *estoutro/este outro, etc.*

6.2.4. Algunhas formas verbais e o artigo definido, o que leva na escrita a eliminación de un *-r* ou *-s* finais e a aparición da forma *-lo* do artigo. É potestativa a súa representación nos mesmos contextos en que se verifica a da forma pronominal *-lo*, isto é:

6.2.4.1. Tras infinitivo ou forma persoal acabada en -r ou -s: *Após gañá-lo xogo el, recebeste-lo prêmio todos vós* (Ou: *Após gañar o xogo el, recibestes o prêmio todos vós*).

6.2.4.2. Tras os pron. átonos *nos, vos, lles*: *Dade-no-lo viño e facemos-vo-lo traballo* (Ou: *Dade-nos o viño e facemos-vos o traballo*).

6.2.4.3. Tras o presentativo *eis*: *Ei-lo cabalo do amo* (Ou: *Eis o cabalo do amo*).

Este fenómeno de índole asimilatória, que na fala se pode dar en moitos máis casos, non se representará, mesmo nestes contextos citados, nas seguintes situacións:

a) Cando se realiza unha pausa, despois das formas verbais ou pronominais indicadas: *O que queremos nós? Non queremos diñeiros, queremos (pausa) a liberdade*.

b) Cando ás formas indicadas segue o suxeito: *Deu-lles de comer o pai*.

c) Cando segue un complemento en aposición: *Áfonso X, que é xusto chamar o Sábio, foi grande escritor*.

d) Cando segue complemento constituído por adxectivo ou adverbio substantivados: *Chegaron a ver o mellor. Querían acoller o ben e non recibir o mal*.

7. Algunhas terminacións.

É de potenciar o uso das seguintes terminacións, por seren xenuinamente galegas:

7.1. -aria: *romaria, pescadaria, consellaria...*

7.2. -bel: *amábel, probábel, posíbel, atribuíbes...*

7.3. -zon: *emigrazon, perseguizon, inflamazon...*

7.4. -son: *prison, confeson, repercuson...*

7.5. -se: *análise, crise, tese, síntese...*

7.6. -te: *meninxite, colite...*

7.7. Os casos de -zo, -za conservados na nosa ou noutras áreas do sistema: *crenza, pertenza, xustiza, andazo, cansazo, xuízo...*

8. Sobre a formación do feminino.

O feminino das palabras acabadas en -án fai-se en -á (*irmán, irmá; alemán, alemá*), salvo algunha voz irregular (*can, cadela*). Os acabados en -on mudan esta terminación en -oa (*patron, patroa; leon, leoa*), afora algun irregular (*baron fai baronesa*) ou no caso do sufixo aumentativo ou aumentativo-despectivo -on con feminino en -ona (*solteiron, solteirona*).

9. Sobre a formación do plural.

As palabras acabadas en -l substitúen esta consoante por -is (*animal, animais; tal, tais; papel, papeis; notábel, notábeis; español, españois; azul, azuis*), mais no caso de -il temos que distinguir entre -il tónico, onde temos só -is (*cuadril, cuadrís; infantil, infantís*), e -il átono, con plural en -eis (*fácil, fáceis; móvil, móveis*).

Diferente é o caso dos vocábulos terminados en -le, que se usan con frecuencia co -e apocopado. O seu plural é o formado normalmente sobre a forma plena: *vales, meles, foles, tules, eles, aqueles*.

OBSERVACIONS ÁS NORMAS

O alfabeto (1)

a) Na escrita etimolóxica o nome da letra *g* será unicamente o de «xe», como ocorre no resto do ámbito hispánico. Na escrita usual poderá-se chamar indistintamente «xe» ou «gue».

b) As combinacións das grafemas *c, l, n* coa letra *h* indicando palatalización, se ben orixinárias do galo-románico, están dentro da tradición histórica da ortografía galega, aínda que só a primeira delas sexa de regra na escrita usual. A adopción de *nh* para representar o *n* palatalizado obrigáranos a utilizar outro signo diferente para o valor de *n* velar, por exemplo *mh*, perfectamente coñecido ademais na historia da lingua. O criterio da coherencia imporía, non obstante, neste suposto, o uso de *-m* final, asimesmo con sobrada base histórica. A vantaxe deste cambio consistiría na aproximación á escrita das outras áreas do sistema galego-portugués, e, á vez, na eliminación das combinacións castellanas *ll* e *nn* (que posteriormente deu lugar a *ñ*).

c) A eliminación do *h* mudo é tendencia, sobretudo en posición medial, que ven de lonxe. Unha das razóns poderosas desta eliminación é a de evitar, en cultismos, a combinación *nh*, que na escrita corrente ten o valor de *n* velar: *inóspito* (e non *inhóspito*), *inumano* (e non *inhumano*), *inábil* (e non *inhábil*, etc.), o que tamén se podería realizar separando, por exemplo, o prefixo con trazo: *in-humano*.

Acentos e regras de acentuación (2)

a) *Tipos de acentos*. O ideal sería que o sistema de acentos, alén de sinalar a sílaba tónica, indicase o timbre, aberto ou fechado, das vogais *o, e* tónicas, o que se podería realizar, conforme a práctica luso-brasileira, utilizando o acento agudo (´) para indicar vogal tónica aberta (salvo, naturalmente, no caso de *a, i, u*, onde non existe a oposición aberta - fechada), e o acento circunflexo (^) para sinalar vogal fechada, reservando-se o acento grave (`) para marcar vogal átona e aberta. Parece no entanto prematuro, por falta aínda de estudos suficientes de tipo fonético, introducir na escrita corrente esta distinción acentual, excluindo o caso de pares como *po/la* (prep. + art.), *pô/la* (galiña nova), *pó/la* (ramo de árbore), en que é conveniente usá-la en caso de ambigüidade contextual.

O caso de acento grave, que como se dicía sinalaba atonicidade e, polo menos sobre *e* e *o*, abertura, é algo diferente. Podería-se introducir neste momento, porque o seu emprego —en contraccións como *à, às, òs, prà*, etc.— é fácil e claro, mais a súa reducida utilización podería tamén facé-lo dispensábel, polo menos de momento. Non obstante, a súa admisión desde xa na escrita corrente, alén de facilitar a distinción entre algúns pares de vocábulos (v. gr.: *as*, artigo; *às*, prep. mais art.; *ás* plural de nome de letra; *asas*), proporcionaría en contextos equívocos a posibilidade de distinguir diacriticamente palabras que só diferencian polo seu vocalismo átono; así, por exemplo: *apresar* (dar-se presa) fronte a *apresar* (agarrar, aprisionar); *côrdeiro* (que fai cordas) por oposición a *cordeiro* (cria de ovella, año); *mòlliño* (dim. de *móllo* = feixe, brazado) fronte a *mollíño* (dim. de *mollo* = prebe); *pêgada* (rasto, vestíxio) diferente de *pegada* (fem. de *pegado*); *bêsteiro* (soldado armado de *bésta*, ou fabricante delas) fronte a *besteiro* (encarregado de *bestas*, arrieiro); etc. Conforme a regra xeral (2.2.4.1.) iría marcado o elemento aberto do par, o que só se pode conseguir co auxilio do acento grave.

b) *Regras de acentuación*. Por motivo das circunstancias, a acentuación galega foi, até época ben recente, unha cópia da castellana, o que supuña algunha vantaxe (a comodidade de usar un só sistema acentual para as dúas linguas) e bastantes inconvenientes. Entre estes, o de non se adaptar, en certos casos, á estrutura da nosa lingua. Por exemplo, a acentuación de palabras acabadas en ditongo crecente (e outro tanto se pode dicir das acabadas en *-on, -ons, -ans*) non é de rendimento, dada a extraordinaria abundancia en galego de formas como *amou, comeu, dormiu, animais, niveis, callau*, etc. En parecido caso temos os vocábulos acabados en *-i, -u*, seguidos ou non de consoante, que dispensan o acento como agudos por se-lo así a maioría deles, en galego aínda mais que en castellano (o cast. *tesis* é en gal. *tese*, por ex.). En contrapartida, acentuar *ruído, moido, miúdo, país*, etc., en galego é necesario xustamente por esa tendencia ao ditongo decrecente, indicando desta forma o acento que non se produz tal ditongo decrecente. Canto á recomendación de acentuar *léria* e non *leria*

(de *ler*) non debe sorprenden, por pertencer a segunda ao tipo de palabras que, con este final, non levan acento gráfico. Por outra parte, a distincion entre os vocábulos acabados en *-ea*, *-eo*, *-oa* átonos (*códea*, *idóneo*, *mámoa*) e os acabados en *-ia*, *-io*, *-ua* (*glória*, *andámio*, *récu*a), que a efectos de acento gráfico se viña facendo, non parece sustentar-se na pronúncia habitual galega, que normalmente non fai diferenciación entre eles, como indica a tendencia a confundir graficamente os dous grupos, escribendo por exemplo: *andámeo*, *glórea*, *lingoa*, *mámua*, etc. Tendo en conta isto, o lóxico parece ser acentuar ambos os tipos de vocábulos, co cal nos aproximamos, ademais, à escrita luso-brasileira, que participa en conxunto desta mesma situación.

Os puntos de interrogacion e exclamacion (4)

As linguas da área occidental en que nos movemos non utilizan o punto de interrogación ou de exclamación en posición inicial, por non ser necesario na maior parte dos casos. Portugueses e brasileiros que o utilizaron, non obstante, en normativas ortográficas anteriores, acabaron por abandoná-lo. Só o castellano o conserva. Ás veces pode, efectivamente, ser útil marcar con claridade o principio da interrogación ou da exclamación; por isto parece recomendábel a súa presenza en posición inicial nestes casos, polo cal non se establece a súa total eliminación.

O trazo ou guion (5)

O trazo ou hífen é signo ortográfico utilizado ocasionalmente, se ben con insistencia, na nosa escrita, aínda que a miúdo con funcións non ben precisas. A súa introdución entre verbo e pronome enclítico, à maneira doutras linguas e falares hispánicos con exclusión do castellano, pareceu conveniente polas razóns seguintes:

a) A claridade gráfica que proporciona, sobre todo en linguas que, na colocación do pronome co verbo, tenden à posposición, o que acontece coa nosa.

b) A importante distinción de homógrafos que facilita. Así: *fa-la* (*fas* + *la*) frente a *fala* (subst. ou vbo.); *ve-la* (*ves* + *la*) frente a *vela* (subst. ou vbo.); *po-la* (*pos* + *la*) oposto a *pola* (prep. + art.; cfr. *pôla*, *póla*); *se-lo* frente a *selo* (subst. ou vbo.); *di-a* (*di* + *a*) frente a *día* (subst.); etc.

c) A coherencia coa representación da 2.^a forma do artigo, cando o que escribe fai uso desta posibilidade (cfr. 6.2.4.): *Xoan, come-lo caldo? come-lo ou non?*

d) A aproximación à escrita luso-brasileira, área lingüística na que, xenuinamente, se situa o galego.

Sobre contracciones e similares (6)

A diferenciación entre contraccións obrigatórias e facultativas parece resolver ben as indecisións historicamente apresentadas pola nosa ortografía, à vez que entronca co comportamento habitual que, con matices entre eles, mostran os luso-brasileiros. Estabelecido un elenco mínimo indispensábel de contraccións obrigatórias, nos outros casos, en que a tradición e/ou a pronúncia se mostran vacilantes, poderá-se facer uso da forma plena ou da contracta segundo as preferencias persoais ou as motivacións estilísticas que, en cada caso, podan concorrer, sen que esta razoábel flexibilidade supoña en modo algun falta da desexada fixación dentro dos criterios ortográficos que presiden estas normas.

Santiago de Compostela, Decembro de 1979